

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO ATUAL NO BRASIL E NA ARGENTINA



CH - Ciências Humanas

Maxmiler Campos da Costa¹,

Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González².

INTRODUÇÃO

A luta política e o debate pela memória histórica no Brasil e na Argentina pós-transição. Por um lado, a busca pela verdade, pela abertura dos arquivos e pelo reconhecimento das arbitrariedades cometidas pelos governos ditatoriais. Por outro lado, vozes que ainda defendem as ações cometidas naquela época e comemoram a cada dia 1º de abril o “Dia da Revolução de 64”, no Brasil. Na Argentina, o Ditador-Presidente, Jorge Videla entrevistado por uma revista espanhola (Cambio16 Nº 2152, dia 17/03/2013), convoco a “*los más jóvenes que aún están en aptitud física de combatir*” a “*armarse nuevamente en defensa de las instituciones básicas de la República, hoy avasalladas por este régimen kirchnerista*”.

Neste contexto, como está o processo atual da Justiça de Transição no Brasil e Argentina?

OBJETIVO

Comparar o processo atual da Justiça de Transição no Brasil e na Argentina nos governos Dilma e Cristina.

METODOLOGIA

Pesquisa bibliográfica sobre Justiça de Transição e análise de dados documentais.

COMPARAÇÃO

Justiça de Transição / Governos	Dilma Rousseff (2011-2013)	Cristina Kirchner (2007–2013)
a) Reconhecimento das vítimas	Sim	Sim
b) Lugares de memória (fortalecimento da cultura política)	Não	Sim
c) Prestação de contas sobre as violações dos direitos humanos praticados (<i>accountability</i>)	Sim	Sim
d) Estabilidade política	Sim	Sim
e) Processos penais contra violadores de direitos humanos	Não	Sim
f) Reformas institucionais (Judiciário e Forças Armadas)	Não	Não
g) Validação das leis de anistias pelas Supremas Cortes	Não	Sim
h) Democratização	Sim	Sim

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, Dilma e Cristina deram continuidade aos processos de transição começados pelos governos anteriores (Lula e Néstor, respectivamente).

Especificamente, no Brasil há pouco engajamento da sociedade civil na busca pela verdade, memória e justiça. Diferentemente na Argentina, onde com apoio dos movimentos sociais ligados aos direitos humanos (Avós e Mães da Praça de Maio) ocorreram mais processos penais de responsabilizações dos principais agentes que cometeram crimes contra a humanidade.

Portanto, no Brasil há um longo caminho ainda no esclarecimento e punições das violações cometidas na Ditadura Civil-Militar .

1 (Autor) Maxmiler Campos da Costa - Ciências Sociais/UFRGS.

2 (Orientador) Profº. Dr. Rodrigo Stumpf González/UFRGS.



MODALIDADE
DE BOLSA

BIC UFRGS - REUNI